

As práticas retóricas nos grupos de WhatsApp bolsonaristas: a questão do coronavírus¹

Regiane Miranda de Oliveira NAKAGAWA²
Renata Correia Lima Ferreira GOMES³
Tarcísio de Sá CARDOSO⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de um conjunto de posts sobre o coronavírus e a cloroquina que circulou em grupos bolsonaristas de WhatsApp, com o intuito de verificar de que maneira tais mensagens se articulam retoricamente. Para isso, foi realizado o monitoramento desses grupos pela plataforma Monitor de Whatsapp durante o período de dois meses, pelo qual detectamos a constituição de uma grande narrativa acerca da Covid-19, por meio da presença de duas maneiras distintas de estruturação das sequências narrativas: a indução retórica e o argumento pelo exemplo. Com isso, buscamos pontuar de que maneira tais grupos constroem uma retórica própria.

PALAVRAS-CHAVE: práticas retóricas; narrativas; WhatsApp.

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2020, a pandemia de coronavírus teve seu primeiro caso oficial no Brasil reconhecido pelo Ministério da Saúde. Dali em diante, o debate público seria fortemente marcado por um descompasso alarmante entre os dados e as diretrizes chancelados pelas autoridades científicas nacionais e internacionais e as políticas públicas do governo de Jair Bolsonaro, que, mesmo assim, mantém uma base de apoio popular em torno de 30% do eleitorado (KLEIN, 2020), o qual se coloca como fiel defensor das ideias do chefe de governo. Em face disso, uma pergunta parece emergir: qual é a configuração dos grupos bolsonaristas, que os leva a compartilhar crenças marcadamente pseudocientíficas disseminadas pelo presidente ou por seus assessores?

Neste artigo, trabalhamos a hipótese de que esse fenômeno se organiza e se sustenta por meio da criação e manutenção, entre a base de apoiadores do bolsonarismo, de epistemologias mutiladas⁵ (HARDIN, 2002; SUNSTEIN; VERMEULE, 2009), ou

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Profa. do PPG em Comunicação da UFRB e do CECULT/ UFRB, e-mail: regianemo@uol.com.br.

³ Profa. do CECULT/ UFRB, e-mail: renatafgomes@ufrb.edu.br.

⁴ Prof. do Depto. de Comunicação da UFBA, e-mail: tscardoso@gmail.com.

⁵ Propomos esta tradução para o original *crippled epistemologies*, em vez do literal “aleijadas”, que carrega conotação ofensiva, ofuscando a compreensão do conceito.

seja, um universo epistemologicamente isolado e limitado de fontes informacionais, que leva seus membros a desenvolver crenças injustificadas e possivelmente nocivas sobre a realidade, disfarçando de pensamento lógico um processo que falsifica cadeias de inferências lógicas. Para isso, as epistemologias mutiladas são alicerçadas em teorias conspiratórias, de fundo eminentemente narrativo, as quais, junto a outros dispositivos, mantêm esse grupo de pessoas fortemente coeso e cativo em relação ao candidato/presidente, assim como às suas propostas.

Acreditamos também que tal feito é realizado por meio de uma estratégia sistematizada de comunicação, em grande medida centrada na manutenção de uma rede de grupos de WhatsApp, que compartilham conteúdos entre si pela presença de alguns usuários em mais de um grupo (RESENDE et al., 2019), seja de forma espontânea, em grupos formados mais organicamente – amigos, colegas, familiares, igrejas etc. – seja pela intervenção deliberada de agentes externos, com diversos graus de ligação à campanha e/ou ao governo, por vezes alimentando os grupos de forma automatizada, com “disparos em massa” (CAMPOS MELLO, 2018).

Tal configuração em rede retroalimenta os grupos com conteúdos endógenos e, em certa medida, bloqueia os conteúdos exógenos advindos da rede mais ampla e diversa, promovendo, portanto, os níveis de isolamento epistemológico necessários à geração e à manutenção da “mutilação” nos sistemas de crença. Essas epistemologias mutiladas possibilitariam, assim, a criação e manutenção de uma espécie de realidade paralela, mantida pela constante reafirmação das crenças por parte do grupo, atravessada também por sentimentos de lealdade (SUNSTEIN, 2009), fazendo com que a comunidade se “blinde” mutuamente do contato com a diversidade informacional da sociedade, cujas contradições e informações novas poderiam ameaçar as crenças solidificadas no grupo mais restrito, criando “dissonância cognitiva” e colocando em xeque a relação com o líder e suas propostas.

Para investigar nossa hipótese, retomaremos alguns fundamentos da lógica da ciência e de estudos sobre as crenças com base no semioticista Charles Sanders Peirce e na psicologia cognitiva para, em seguida, analisar a articulação narrativa e retórica de um corpus de mensagens obtido a partir do Monitor de WhatsApp, um sistema desenvolvido pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentro do projeto Eleição sem Fake News, que monitora diariamente mais de 300 grupos públicos de WhatsApp, extraindo deles conteúdos de imagem, mensagens de

texto, vídeos, áudios e links, e disponibilizando-os para uma rede de pesquisadores, após anonimizar os dados dos usuários originais (RESENDE et al., 2019, p. 10). Dentre o conteúdo disponível no Monitor, escolhemos nos deter sobretudo nas imagens, o formato de mídia mais comum e mais compartilhado entre os grupos (RESENDE et al., 2019, p. 2), de modo a utilizar os demais formatos apenas para auxiliar na compreensão do contexto em que tais imagens se inserem, quando necessário. Fizemos também um recorte temático – a pandemia do novo coronavírus – e temporal, que vai de 12 março, dia em que o referido tema chega de vez aos grupos, até 20 de maio, data a partir da qual a narrativa perde força nos grupos, sem que nenhum novo elemento estruturante tenha se apresentado até o fim da redação deste artigo.

Como estratégia metodológica, tomou-se por base o reconhecimento de dominantes (JAKOBSON, 1983), relativos a dois recursos retóricos que se mostraram recorrentes na forma como a narrativa sobre a pandemia foi construída no material analisado: a indução retórica e o argumento pelo exemplo. Por meio deles, reconhecemos assim a presença de vetores pelos quais as epistemologias mutiladas constroem uma grande narrativa mediante uma retórica própria que, por sua vez, elucida modos específicos de difusão de crenças.

CRENÇAS MUTILADAS E VIESES COGNITIVOS

Um dos modos interessantes de apresentar as diferenças entre o conhecimento obtido por meio da ciência e o conhecimento obtido por meios alternativos à ciência foi apresentado pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce. Em um texto de 1877, chamado “A fixação das crenças” (CP 4.358-387), Peirce tece uma defesa do método da ciência pelo contraste com outros métodos. Ao contrário do que poderíamos imaginar pela leitura do título, a reflexão proposta por Peirce não é tanto sobre a fixação das crenças em si, mas antes sobre os modos alternativos pelos quais é possível aos humanos sair do estado de dúvida para o de crença. Vale notar, antes de tudo que, por dúvida, Peirce entendia o “estado [mental] desagradável e incômodo, de que lutamos por nos libertar e passar ao estado de crença” (CP 4.372) e por crença, entendia o estado mental que opera como uma tendência à ação, isto é, um estado mental que “não nos leva a agir de imediato, mas nos coloca em situação tal que, chegada a ocasião, nos comportaremos de certa maneira” (CP 4.373).

Para Peirce (1975), as formas de se fixar uma crença se traduzem em quatro métodos: o da tenacidade; o da autoridade; o *a priori*; e o científico. De modo geral, podemos dizer que os traços distintivos de cada um deles são, respectivamente: a negação de toda posição contrária (como um gesto de agarrar-se à crença frente a tudo o que poderia ameaçá-la); a adoção de doutrinas coletivas estimadas como melhores que outras (como um sistema de crenças de um grupo); o diálogo entre opiniões e a busca por uma conclusão a partir da comparação de ideias (pelo juízo racional); o diálogo entre a comunidade de investigadores e a manifestação estável de um exterior às próprias representações dessa comunidade (tal como o mecanismo empregado nas ciências em geral).

Como é evidenciado em toda a argumentação de “A fixação das crenças”, Peirce advoga em favor do método científico e em detrimento dos outros três. Ao final de sua argumentação, Peirce acrescenta: “mais saudável que qualquer crença em particular é a integralidade da crença” e “evitar o exame dos fundamentos de qualquer crença por temor de que ela possa se mostrar apodrecida é tão imoral quanto desvantajoso” (CP 4.387).

Uma discussão complementar aos modos de produzir crenças é a que versa sobre os vieses cognitivos. Fugindo da questão do método, a interferência dos vieses nos modos pelos quais os indivíduos em comunidades adquirem suas crenças influencia a própria base de discernimento e a crença das mentes, tendo por isso relevância epistemológica. No que tange às crenças, McIntyre argumenta que nós, humanos, não somos tão racionais quanto gostaríamos de ser e, para defender essa ideia, apresenta diversos conceitos relacionados ao “viés cognitivo”, que ajudam a perceber como tendemos a reagir quando somos confrontados com verdades inesperadas e desconfortáveis (MCINTYRE, 2018, p. 35).

[...] Gostaríamos de pensar que deveríamos sempre [mudar] a crença que se mostrou errada. Se estivermos errados sobre uma questão da realidade empírica – e finalmente formos confrontados com as evidências –, seria mais fácil trazer nossas crenças de volta à harmonia, alterando aquela de que agora temos bons motivos para duvidar. Mas isso nem sempre é o que acontece. Existem muitas maneiras de ajustar um conjunto de crenças, algumas racionais, outras não (MCINTYRE, 2018, p. 36).

De acordo com McIntyre (2018, p. 38), a psicologia experimental chama “dissonância cognitiva” a formação cognitiva de um “efeito surpresa” por conta da quebra de expectativa de uma crença que não foi confirmada pelos fatos apresentados. Mais importante que notar a existência de uma surpresa, no entanto, é tentar entender como o ser humano tende a resolvê-la. Isto é, diante de uma quebra de expectativa experimentada

com a inclusão de um fato novo (altamente dissonante), como a mente dá conta de entendê-lo (reduzindo a dissonância cognitiva)?

Apesar de os vieses cognitivos da mente humana já serem conhecidos desde os anos 1960, as condicionantes da pós-verdade só se deram nos anos 2000, quando se somaram a tais aspectos cognitivos o extremismo político expresso em preconceitos partidários e o ambiente midiático favorável à perpetuação de ideias radicais e sem contato com o diferente, o que McIntyre chama de “silo da rede social” (2018, p. 43). É justamente esta articulação do bolsonarismo entre o extremismo e a mídia digital que será o foco da nossa análise de mensagens de caráter político circuladas via WhatsApp, em que, muitas vezes, são utilizadas formas lógicas inconsistentes, mas que exercem um importante efeito na constituição e reafirmação das crenças dos referidos grupos.

De um modo geral, o que a psicologia ajudou a revelar foi que, muitas vezes, podemos ser levados a uma tendência irracional de acomodar crenças a nossos sentimentos. O autor explica ainda o “efeito backfire” (ou tiro que saiu pela culatra) e o “efeito Dunning-Kruger” (viés de excesso de confiança). O primeiro caso ocorre quando um partidário é apresentado à evidência de que seu posicionamento político é falho, mas, em vez de questioná-lo, tende a negar a evidência e dobrar a aposta na crença refutada (chegando até a aumentar a força da crença prévia, que se mostrou equivocada). No segundo caso, trata-se de uma espécie de viés cognitivo “arrogante”, pois diz da inabilidade de um indivíduo em reconhecer a própria incapacidade sobre algo. O efeito recebe este nome porque foi sistematizado em 1999 por um experimento de Dunning e Kruger, no qual os autores chegaram a uma conclusão surpreendente: a maior inflação na avaliação da autocapacidade de um indivíduo vem justamente daqueles com a menor performance demonstrada nos experimentos (MCINTYRE, 2018, p. 53).

Os experimentos sobre vieses cognitivos apontam para o fato de que “especialmente quando estamos comprometidos emocionalmente em um assunto, todas as evidências experimentais mostram que nossa capacidade de raciocinar bem provavelmente será afetada” (MCINTYRE, 2018, p. 55). Assim, apesar de todos os apelos aos procedimentos investigativos, ao criticismo e à comunidade, muitas vezes, tais atitudes são deliberadamente ignoradas, quando não evitadas, na tentativa de se criar formas não críticas de proteger uma crença.

Ao estudar a relação entre extremismos e teorias da conspiração, Sunstein e Vermeule (2009) defendem que as teorias conspiratórias não são meramente crenças falsas, pois delas diferem quando criam mecanismos de blindagem.

[...] os mecanismos que explicam as teorias da conspiração se sobrepõem aos que representam crenças falsas e perigosas de todo tipo, incluindo aqueles que alimentam a raiva e o ódio. Mas [...] as teorias da conspiração têm características distintas, principalmente por causa de sua qualidade de autovedação; os próprios argumentos que as originam e explicam sua plausibilidade dificultam que seus opositores as refutem ou mesmo questionem. (SUNSTEIN; VERMEULE, 2009, p. 206–207)

Ainda segundo os autores, há uma relação “entre cascatas [isto é, a transmissão adiante de ideias] e o fenômeno bem estabelecido de polarização de grupos, pelo qual os membros de um grupo de deliberação geralmente terminam em uma posição mais extrema” (SUNSTEIN; VERMEULE, 2009, p. 216)⁶. Quando chegam nesse tipo de atitude mais extrema, no entanto, os grupos passam a se comportar dogmaticamente, de acordo com o que foi definido por Peirce como método da autoridade, sustentando crenças coletivas e hábitos de ação vinculados com a efetivação de ideais políticos e desejos de dominação sobre indivíduos que não compactuam com determinado sistema de crenças.

Tal ação coercitiva tipicamente extremista de negação pela força de qualquer tipo de opinião contrária chega a uma subversão completa do procedimento crítico e científico de se obter conhecimento. Como Peirce explica, apesar de a atividade científica se caracterizar por uma busca por atingir crenças que se traduzam na capacidade preditiva de representar fenômenos do mundo, a fixação de crenças pelo método da autoridade busca produzir crenças que possam blindar a mente do contato com fenômenos adversos. A ciência tem sempre que lidar com a tensão entre a expectativa (o que a teoria prescreve) e as evidências (o que o objeto diz). Pode ocorrer que as expectativas sejam frustradas, e, neste caso, como diria Peirce, será instaurada uma dúvida não apenas sobre as condições do experimento, mas também sobre a validade daquela teoria, daquele modo de explicar o mundo. A atitude científica, nestes casos de frustração de expectativas, trata de adotar a postura de se amparar nos fatos externos e questionar a teoria que os explica.

⁶ No original: “[...] between cascades [...] and the well-established phenomenon of group polarization, by which members of a deliberating group typically end up in a more extreme position [...]”.

Por sua vez, as formas de validação das crenças próprias das epistemologias mutiladas parecem trazer vieses de todo tipo, reincidentes nas esferas da psicologia social, que não apenas não gozam de validade racional como também expressam uma radicalização de posicionamentos epistêmico-políticos de grupos, reforçando extremismos.

Como vimos, radicalizar uma aversão ao dissonante (HARDIN, 2002; SUNSTEIN; VERMEULE, 2009) e formar escudos protetores a evidências contrárias por meio de sabotagens emocionais promovem uma espécie de isolamento e blindagem à realidade externa. Em tais mecanismos de falseamento de evidências para manter as crenças, nota-se que a frustração da expectativa implica não a revisão das teorias, postulados e explicações, mas, ao contrário, o reforço das crenças frustradas pela experiência e pela exploração de emoção (ódio) contra a teoria oposta (muitas vezes, contra uma teoria científica, por exemplo). Para tal, é possível detectar a utilização de determinados recursos retóricos e de linguagem no processo de constituição de mensagens que, justamente, visam a reafirmar tais sistemas de crenças. Vejamos como isso se articula nos grupos de WhatsApp selecionados para este estudo.

A INDUÇÃO RETÓRICA

Antes de adentrarmos na análise do material selecionado, cumpre ressaltar que compreendemos as teorias conspiratórias construídas nos grupos de WhatsApp bolsonaristas analisados como casos particulares do pensamento narrativo, o qual é estruturado por meio da contínua atualização de uma “sequência de ações” (ECO, 2004, p. 88) que se sucedem cronologicamente e linearmente no decurso do tempo, resultando na constituição daquilo que Santaella (2001, p. 331) define como “narrativa sucessiva”. Com isso, nota-se de que maneira as teorias conspiratórias promovem a reorganização de diferentes eventos em cadeias temporais baseadas na volição e, sobretudo, nas crenças de agentes individualizados, que são tomadas como índices de uma causalidade mais ampla e propositalmente degradada, na tentativa de reduzir teias complexas de ocorrências a cadeias temporais simplórias.

Ainda segundo Santaella (2001, p. 331), uma sequência narrativa pode ser apreendida quando, no exercício de “metalinguagem analítica”, é possível nomear diferentes ações que mantêm algum traço em comum. Assim, nos grupos de WhatsApp observados, foi detectada a presença de determinados recursos retóricos que tanto

permitem agrupar e conferir um nome para uma série de ações quanto exercem papéis muito pontuais na grande narrativa bolsonarista. Conforme indicamos anteriormente, neste artigo, enfatizaremos dois deles que, apesar das suas especificidades, apresentam um traço em comum: a necessidade de apresentar uma comprovação e/ou prova relativa a uma conspiração que somente aqueles diretamente relacionados aos grupos bolsonaristas costumam aceitar.

O primeiro reporta-se àquilo que Barthes (2001), em alusão à retórica de Aristóteles, indica ser a “indução retórica”, na qual “procede-se de um particular a outro particular pelo elo implícito do geral: de um objeto infere-se a classe; depois, dessa classe, defere-se outro objeto” (BARTHES, 2001, p. 55). Trata-se do tipo de argumento em que, pela junção de uma série de ocorrências que mantêm alguma similaridade entre si, constrói-se uma generalização que, inclusive, seja igualmente válida para outras situações que possuam alguma analogia com aquelas diretamente explicitadas no argumento.

Antes de aludirmos mais detalhadamente ao modo de funcionamento desse tipo de argumento, cumpre ressaltar a proximidade (aparente) que ele mantém com a indução. Como Peirce (1975) indica, por indução entende-se uma forma de raciocínio lógico que opera por estimativa ou probabilidade. Assim, o raciocínio indutivo constrói uma generalização com base na recorrência de certo número de casos em que “algo é verdadeiro” (PEIRCE, 1975, p. 148) e, a partir deles, inferimos que a mesma proporção valerá para a totalidade da classe a qual pertencem os casos observados.

Apesar da proximidade entre a indução retórica e a indução lógica, ambas não se confundem. Isso decorre da própria distinção existente entre retórica e lógica, uma vez que uma e outra se caracterizam por propósitos muito distintos. Quanto a isso, Perelman é preciso ao afirmar que:

A retórica, em nosso sentido da palavra, difere da lógica pelo fato de se ocupar não com a verdade abstrata, categórica ou hipotética, mas com a adesão. Sua meta é produzir ou aumentar a adesão de um determinado auditório a certas teses e seu ponto inicial será a adesão desse auditório a outras teses (PERELMAN, 2004, p. 70).

Em correlação a Perelman, Barthes (2001) afirma que, diferentemente da ética, a retórica não possui compromisso com o verdadeiro, mas, sim, com o verossímil, ou seja, aquilo que pode parecer verdadeiro ou plausível para um determinado auditório com o intuito de persuadi-lo acerca de uma determinada questão. Por consequência, qualquer prática retórica articula-se em função do repertório e do sistema de crenças do público

para o qual é direcionado, de modo que aquilo que pode ser verossímil a um grupo pode não ser a outro.

Por outro lado, a lógica relaciona-se à articulação formal mais abstrata do raciocínio, livre de qualquer sujeição a algo que lhe seja externo. Além disso, em conformidade com o quadro das ciências filosóficas formulado por Peirce, estética, ética e lógica fazem parte das chamadas ciências normativas. Com isso, a estética estabelece os princípios norteadores para a ética, que, por sua vez, define os princípios norteadores da lógica. Dessa forma, o “bem racionar” não se encontra destituído de um direcionamento ético e estético, pois deve, antes de tudo “[...] possuir não apenas virtudes como as da honestidade intelectual, da sinceridade e um real amor pela verdade, mas sim as concepções morais mais altas” (PEIRCE, 1990, p. 22).

Assim, enquanto a retórica diz respeito a uma relação comunicativa constituída com o intuito de provocar um determinado efeito sobre um auditório específico, a lógica reporta-se àquilo que deve pautar o próprio ato de raciocinar, cuja meta consiste em subsidiar ações responsáveis, território este da ética, com a qual, conforme indicamos, a lógica se vincula, diferentemente da retórica.

Ao se utilizar da indução retórica, os *posts* veiculados em grupos bolsonaristas parecem querer simular a formalização que caracteriza a indução lógica com o intuito de gerar um “efeito de verdade” a uma conspiração, ou de comprová-la por meio de uma pseudocientificidade que resulta por produzir um efeito persuasivo voltado a, meramente, reafirmar as crenças vinculadas a esses mesmos grupos. Quanto a isso, Barthes lembra que, em Aristóteles, a retórica “[...] é uma lógica voluntariamente degradada, adaptada ao nível do ‘público’, isto é, do senso comum, da opinião corrente” (BARTHES, 2001, p. 16). Tal forma de articulação argumentativa reporta-se, justamente, às chamadas “provas dentro-da-*technè*”⁷ (BARTHES, 2001, p. 54), ou seja, argumentos que são criados pela própria linguagem, cuja verossimilhança subsiste apenas nela própria.

É justamente essa degradação da lógica que caracteriza boa parte das mensagens analisadas, ao mesmo tempo que evidencia a constituição de uma sequência narrativa construída por meio de uma similaridade forjada pela linguagem, de modo que acontecimentos complexos são correlacionados de forma simplória a causas totalizantes e secretas.

⁷ Por outro lado, as provas fora-da-*technè* são aquelas edificadas com base em “fragmentos de real que entram diretamente na *dispositio*” (BARTHES, 2001, p. 53).

No âmbito do material analisado, a “chegada” aos grupos de WhatsApp do tema “coronavírus” se dá de forma definitiva em 12 de março de 2020, um dia após a Organização Mundial da Saúde (OMS) dar oficialmente à Covid-19 o status de pandemia. Antes dessa data, há apenas poucas menções ao vírus, esporádicas e satíricas. Essa primeira entrada acontece de forma simultânea em diferentes grupos, com o mesmo material sendo compartilhado em vários deles, contendo um único argumento: a defesa das manifestações bolsonaristas de 15 de março, as quais estavam sendo criticadas publicamente em função das novas diretrizes de combate ao vírus, que condenavam as aglomerações. Nessa primeira incursão já é possível apreender, claramente, a criação de induções retóricas que, a partir da quantidade, da repetição e da justaposição, buscam criar uma lógica que, na verdade, é falaciosa, como podemos ver na figura 1:

Figura 1: *Posts* de 12/03/2020 a favor da manifestação pró-Bolsonaro prevista para 15/03/2020



fonte: plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

A justaposição de imagens de aglomeração nas duas primeiras figuras objetiva criar uma continuidade pela semelhança, enfatizando, pela dimensão icônica, a contradição buscada: se essas outras situações de aglomeração foram possíveis, sem nenhuma crítica do poder público, por que esta de agora – a manifestação pró-Bolsonaro – não seria? Por sua vez, o terceiro *post*, localizado à direita, composto essencialmente por texto, expande o contexto e a sofistica da contradição, adicionando o transporte público às condições de aglomeração, de modo a associar ao exemplo uma situação a que a maioria dos brasileiros é submetida.

Nos *posts*, busca-se criar o argumento de que qualquer tentativa de barrar as manifestações é não apenas arbitrária, mas seletiva, realizada única e exclusivamente por se tratar de um protesto bolsonarista. Essa narrativa se encaixa, portanto, numa narrativa mais ampla, ou seja: a chave conspiratória de que o governo Bolsonaro seria vítima constante de “perseguição” por parte de diferentes instituições republicanas, por sua luta contra “tudo isso que está aí”.

Tal estrutura de repetição e continuidade por semelhança será replicada em diversos momentos do período analisado, sempre por meio do mesmo recurso: a indução retórica disfarçada de indução lógica. Trata-se de um dispositivo fundamental na manutenção das “epistemologias mutiladas”, pois parte de pressupostos já sedimentados na compreensão do grupo em forma e conteúdo e os utiliza como ponto de entrada para esse novo universo temático, o da pandemia da Covid-19, num momento em que o governo ainda não tinha uma posição clara em relação ao fenômeno e não havia lançado as bases daquilo que, em retrospecto, podemos perceber como uma estratégia retórica para a abordagem da pandemia. Neste caso, a teoria conspiratória ganha a forma do “vírus chinês”, expressão que, importada da retórica de Donald Trump e plantada entre o bolsonarismo desde a entrada do coronavírus nos grupos, evoca a “teoria” segundo a qual a China criou o Sars-Cov2 em laboratório e/ou o disseminou deliberadamente, buscando destruir a economia capitalista ocidental para, assim, ganhar vantagem em seu plano de dominação.

A narrativa do “vírus chinês”, já no dia 13 de março, é igualmente construída com base na similaridade forjada pela própria linguagem, especificamente, pela justaposição e repetição das palavras “origem” e “China” na diagramação do *post*, que, inclusive, conta com informações de supostas fontes, numa evidente tentativa de criar, pela aparência, o respaldo científico que cada afirmação deveria ter. A natureza retórica e não lógica da indução construída na imagem, contudo, não advém de cada umas das afirmações – todas elas factualmente corretas –, mas da conclusão à qual se salta: a de que a China precisa ser “responsabilizada” pelas doenças que “espalha ao mundo”.

A utilização do exemplo e da repetição não se dá apenas internamente à imagem em questão, mas contribui para construir um contexto interpretativo que fortalecerá a narrativa conspiratória maior, uma vez que, nesse caso, a indução retórica cria uma repetição que busca inserir o atual coronavírus num eixo temporal que se liga à China. A coincidência construída pela imagem, portanto, repete a estrutura apontada por Barthes, em que se procede de um particular a outro particular por meio da criação de um elo explícito – a origem das doenças na China – que evoca um elo implícito: a conspiração do “vírus chinês”.

Figura 2: *Post* sobre associação da China a diferentes doenças



fonte: Plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

A hidroxicloroquina como promessa de cura para a Covid-19 surge no dia 19 de março, ironicamente, por meio de um *print* de uma conversa de WhatsApp, que trazia a imagem de um telejornal do canal americano Fox News, cuja legenda se referia a uma droga para malária que também poderia tratar o coronavírus. Essa imagem surge junto com áudios de brasileiros, aparentemente moradores dos EUA, relatando a chancela de Trump e da agência americana *Food and Drug Administration* (FDA) para o uso da droga contra o coronavírus. Tanto o *print* quanto alguns dos áudios fazem referência a “100% de cura” no tratamento à base da droga, algo que até hoje não foi confirmado por testes clínicos. Pelo contrário, em 15 de junho, em face da ausência de evidências positivas e diante da comprovada possibilidade de efeitos colaterais perigosos, a própria FDA retiraria a autorização para o uso emergencial da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19 (WATSON, 2020). O surgimento do remédio, que entrará no debate público brasileiro com o nome simplificado de cloroquina, é, portanto, “importado” dos EUA, pela sua adoção por Trump como solução mágica para a pandemia.

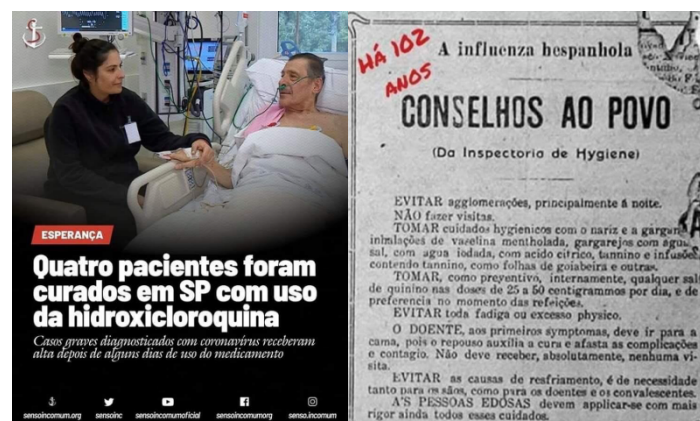
Depois de importada, a cloroquina “chega” à realidade brasileira a partir da recuperação de pacientes que haviam sido tratados no país com a droga – entre outros medicamentos. No dia seguinte à primeira aparição, começa a circular nos grupos brasileiros a foto de uma caixa de sulfato de hidroxicloroquina, que reemergirá em alguns momentos dos meses seguintes, ressignificada para cada ocasião. O remédio passa então a ser tratado como cura e até como milagre.

Uma notícia que circulava nos jornais aparece nos grupos de uma forma particular: uma manchete real (mas já factualmente questionável) é sobreposta a uma

imagem descontextualizada, de um homem levemente sorridente, num leito de hospital, tendo uma mulher a seu lado, gerando uma interpretação distorcida de alívio pela recuperação do indivíduo acamado. Porém, na realidade, a foto não é de um paciente da Covid-19, mas de um caso anterior e não relacionado à pandemia (MAGALHÃES, 2020). Essa mesma narrativa da cura traz à tona a imagem da gripe espanhola por meio um recorte antigo de jornal, que, dentre algumas recomendações já reconhecidas, sugere o uso preventivo do quinino, primeiro tratamento contra a malária e base da hidroxicloroquina.

Novamente, chamamos atenção para a constituição de uma sequência no tempo que, por mais dilatada que seja, funciona para construir uma indução retórica pela repetição do particular em busca de uma regra implícita. A referência ao quinino usado há mais de 100 anos parece apontar para uma realidade que, por se estender retrospectivamente no tempo para muito antes do presente – e, portanto de Bolsonaro – se torna um índice da relevância e eficácia da droga, informação que seria recuperada no futuro para rebater as críticas aos riscos do medicamento. Até aqui, portanto, o esforço é para agregar à cloroquina a esperança de uma cura – cura esta que, portanto, acabaria validando o primeiro capítulo da narrativa sanitária, que emergiu no discurso público de Bolsonaro, mas não tanto nos grupos, ou seja: a de que a Covid-19 não passaria de uma “gripezinha”.

Figura 3: Posts sobre cloroquina



fonte: Plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

Cumprе ressaltar que, na totalidade dos *posts* analisados, a indução retórica funciona como um recurso indispensável para construir a verossimilhança interna à narrativa bolsonarista, em virtude da recorrência a um conjunto de singulares que, segundo o modo de pensar relativo às epistemologias mutiladas, reporta-se a uma

“verdade” que a conspiração visa, a todo custo, ocultar. Porém, conforme temos apontado, trata-se, unicamente, de um recurso utilizado para reforçar um conjunto de crenças que refrata qualquer tipo de alteridade.

O MODELO E O ANTIMODELO

Retomando a análise da narrativa bolsonarista, já no início de abril, a eficácia da cloroquina passa a ser questionada não apenas pela comunidade científica, mas dentro do próprio governo, pela ausência de indícios positivos fortes nos testes clínicos. Luiz Henrique Mandetta, então ministro da saúde, passa a ser atacado frontalmente por suas reservas ao medicamento e por suas posições alinhadas às diretrizes da OMS, que iam de encontro ao discurso anticientífico do presidente. Com isso, ele passa a ser responsabilizado pelas mortes de pacientes da Covid-19, por supostamente proibir o uso da cloroquina, informação falaciosa, uma vez que a droga estava sendo utilizada sob prescrição médica nos hospitais brasileiros.

A partir daí, nota-se a presença do segundo recurso retórico detectado no material estudado, definido como argumento pelo exemplo. Como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) indicam, esse tipo de construção argumentativa baseia-se na apresentação de um caso particular, a partir do qual se infere uma generalização. Diferentemente da indução retórica, que se articula pela correlação de um conjunto de singulares, a argumentação pelo exemplo estrutura-se com base num caso único que, pela sua relevância e “sobre os efeitos da inércia” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 399), seria capaz de produzir uma conclusão relativa a uma regra geral. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a inércia refere-se ao sistema de crenças do auditório ao qual o argumento é direcionado, ou seja, aquilo que já é tido como inquestionável por um determinado grupo.

Dentre os tipos possíveis de exemplo descritos pelos autores, interessa-nos trazer para a discussão os casos em que a conduta é tida como um protótipo, da qual decorre a construção das figuras do modelo e do antimodelo. Se o primeiro reporta-se a um comportamento exemplar comumente associado a indivíduos específicos e que deve ser imitado, o antimodelo seria justamente o oposto, ou seja, aquilo que deve ser socialmente refutado pela sua indignidade.

Nota-se assim que, no caso da cloroquina, o ministro Mandetta é colocado no lugar do antimodelo, posto que vai de encontro às crenças propagadas pelos grupos

bolsonaristas, de modo que as ações do então mandatário devem ser não apenas rechaçadas, como também ridicularizadas. Quanto a isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca indicam que “Por demover do que ele faz, o antimodelo, ao adotar uma conduta, a transforma, voluntária ou involuntariamente, em paródia e às vezes em provocação” (2005, p. 418). Não é à toa que uma das imagens que ridiculariza o então ministro justapõe, numa montagem fotográfica, a já conhecida caixa de hidroxiclороquina, agora com um símbolo de “proibida”, à foto de um cadáver coberto com um lençol e um jogo de palavras com o sobrenome do ministro, que, de Mandetta, vira “Herança *Maldetta*”.

No dia 7 de abril surge um enredo menor, mas complementar: o que acusa o médico David Uip, que coordenava o Centro de Contingência do Coronavírus de São Paulo, de esconder deliberadamente o poder curativo da cloroquina, omitindo o resultado que ele mesmo teve ao utilizá-la quando diagnosticado positivamente para a Covid-19. Essa narrativa é plantada por diversas imagens de uma receita médica, em que Uip se autoprescreve o difosfato de cloroquina, e por uma foto sua com o governador de São Paulo, João Dória, na qual balões de diálogo imaginam o governador coagindo o médico a esconder o uso do medicamento.

Figura 4: Posts sobre David Uip e Luiz Henrique Mandetta



fonte: Plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

Essas narrativas continuam com bastante força no dia seguinte, quando Uip é acusado de “ocultar” seu tratamento, ao passo que Mandetta continua associado à morte de pacientes que poderiam ter sido salvos com a cloroquina. Assim como o ministro, o infectologista também é apresentado como um antimodelo, cuja conduta deve ser veementemente refratada. Paralelamente, uma imagem marcante desse mesmo dia reporta-se a uma montagem feita com várias manchetes de veículos jornalísticos justapostas ao redor de uma foto de Bolsonaro segurando uma caixa de hidroxiclороquina e uma de azitromicina, que o associa às drogas pelo já típico expediente da repetição. Aqui, a indução retórica é tornada evidente por sua exacerbação.

Figura 5: Posts sobre David Uip e cloroquina



fonte: Plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

Pode-se observar que, ao mesmo tempo que o ex-ministro Mandetta e o infectologista Uip são apresentados como antimodelos, o presidente Bolsonaro é cada vez mais exposto como um modelo, sobretudo em virtude da sua defesa pelo uso da cloroquina no tratamento da Covid-19. No dia 9 de abril, surgem montagens com jogos de palavras entre o nome dos dois remédios que seriam a “cura” e o nome ou apelido de Bolsonaro: “Mitocloroquina”, “Hidroxicloromito”, “AzitroMITO”, “BOLSocloroquina”. Um meme já bastante conhecido é readaptado: o personagem Zé Pequeno, do filme Cidade de Deus, “diz” seu bordão (que está em texto): “Cloroquina é o car***, meu nome agora é REMÉDIO DO BOLSONARO”.

Figura 6: Posts sobre a cloroquina



fonte: Plataforma Monitor WhatsApp, UFMG

Percebemos, portanto, a tentativa não apenas de vender a cloroquina como panaceia, mas de associar seu uso ao presidente, como se esta tivesse sido uma de suas ideias alegadamente originais e corajosas – quando, como já demonstrado, o discurso da cloroquina foi importado da retórica de Trump. Nesse sentido, enquanto as figuras de Mandetta e Uip colocam-se como a prova de uma grande conspiração em curso, uma vez que não defendem o uso indiscriminado da cloroquina, Bolsonaro é cada vez mais apresentado como um exemplo de sapiência, por se antecipar na defesa ou na revelação

de uma “verdade” que seus adversários relutam em admitir, motivados unicamente pelo objetivo de “destruir” o presidente, segundo a crença corrente nas redes bolsonaristas.

Como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) indicam, o antimodelo não apenas se coloca como algo social e moralmente repulsivo, visto que também funciona como uma espécie de detonador de um argumento *a fortiori*, ou seja, de uma conclusão e/ou generalização que se colocam de forma absolutamente inquestionável em virtude da indecência do exemplo que lhe serve de base. Além do mais, como “[...] o antimodelo é amiúde, ao mesmo tempo, um adversário que se deve combater e eventualmente abater [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 419), logo, sua presença nas redes bolsonaristas exerce um importante efeito retórico, pois ratifica a ideia de uma conspiração em curso, ao passo que, na grande narrativa, desempenha a função de um antagonista que deve ser eliminado a qualquer custo, ao mesmo tempo que reforça o papel do presidente como o grande herói. É por isso que, a nosso ver, o antimodelo se constitui num dos modos de dizer da retórica bolsonarista, de forma que não importa quem, efetivamente, ocupe o papel do antimodelo/antagonista que, por sua vez, é facilmente substituído, desde que o papel narrativo, efetivamente, se mantenha.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. A antiga retórica – apostila. In: **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 03-102.
- CAMPOS MELLO, Patrícia. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp: Com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HARDIN, R. The crippled epistemology of extremism. In: BRETON, A.; GALEOTTI, G.; SALMON, P.; WINTROBE, R. (Eds.). **Political extremism and rationality**. [s.l.] Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 3-22.
- JAKOBSON, Roman. O dominante. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 485-491.
- KLEIN, Cristian. Avaliação do governo Bolsonaro deixa de piorar, segundo pesquisa da XP. **Valor Investe**, [S. l.], Rio de Janeiro, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/06/12/avaliacao-do-governo-bolsonaro-deixa-de-piorar-segundo-pesquisa-da-xp.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- MAGALHÃES, Vera. Flavio Bolsonaro posta foto fake em reportagem sobre a 'cura' do coronavírus. **BR Político**, [S. l.], São Paulo, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/flavio-bolsonaro-posta-foto-fake-em-reportagem-sobre-cura-do-coronavirus/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2018.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

-
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- PEIRCE, Charles Sanders. **The essential Peirce: selected philosophical writings**. v. 1 e v. ed. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- PERELMAN, Chaim. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RESENDE, G.; MELO, P.; SOUSA, H.; MESSIAS, J.; VASCONCELOS, M.; ALMEIDA, J.; BENEVENUTO, F. (Mis)Information dissemination in WhatsApp: gathering, analyzing and countermeasures. In: The World Wide Web Conference, 2019, New York. **Anais...** New York, 2019.
- SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SUNSTEIN, C. R. **Going to extremes: how like minds unite and divide**. New York: Oxford University Press, 2009. v. 39.
- SUNSTEIN, C. R.; VERMEULE, Adrian. Conspiracy theories: causes and cures. **Journal of political philosophy**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 202–227, 2009.
- WATSON, Katherine. FDA ends emergency use authorization for hydroxychloroquine to treat COVID. **CBS News**, Chicago, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/hydroxychloroquine-fda-ends-emergency-use-authorization-covid-19/> Acesso em: 19 jun. 2020.